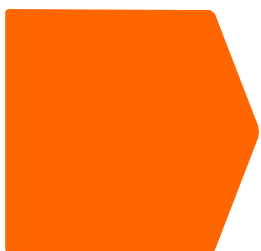


# RELATO FINANCEIRO

2018

**Fundo de Pensões Aberto BPI Acções**





# ÍNDICE

## RELATO FINANCEIRO

### RELATO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	10

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES

# RELATÓRIO DE GESTÃO





# INTRODUÇÃO

## RELATO FINANCEIRO

### ENQUADRAMENTO

- O Artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, determina que deve ser elaborado um relatório e contas anuais para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Posteriormente, na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

### FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações globalmente financia planos de pensões de contribuição definida, existe apenas uma adesão que co-financia um plano de pensões de benefício definido.
- Durante o ano de 2018, não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2018, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções ascendia a 76,775,250 euros.



# INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

## FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI ACÇÕES

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	Valores em euros
<b>Valor do Fundo em 31.12.2017</b>	<b>77,057,647</b>
Contribuições	8,496,359
Benefícios pagos	(403,940)
Transferências	(1,103,813)
Prémio de Seguros	-
Rendimento líquido	(7,271,005)
<b>Valor do Fundo em 31.12.2018</b>	<b>76,775,250</b>

\$



# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### EUA

A economia norte-americana deverá ter crescido 2.8% em 2018 (previsão BPI Research) depois de, em 2017, ter avançado 2.2%. A aceleração do ritmo de expansão beneficiou da implementação de um pacote fiscal que se traduziu na redução da carga fiscal e que permitiu um crescimento sólido do consumo privado. Adicionalmente, o bom comportamento do mercado de trabalho foi também um importante fator de suporte ao crescimento em 2018. Com efeito, no final do ano, a taxa de desemprego situava-se em 3.9%, tendo-se registado uma criação média mensal de 232 mil empregos. Neste contexto, a Reserva Federal aumentou por quatro vezes a taxa de juro de referência (refi-rate), colocando-a no intervalo 2.25%-2.50% no final do ano.

As perspetivas para 2019 mantêm-se positivas, antecipando-se que a economia avance 2.3% (previsão BPI Research). A desaceleração esperada reflete, particularmente, a diluição dos efeitos expansionistas do estímulo fiscal. Os principais riscos para o atual cenário estão enviesados em sentido descendente, relacionando-se, principalmente, com as questões ligadas à imposição de novas taxas aduaneiras entre as economias dos EUA e da China, cujo desenho final está ainda longe de ter sido alcançado.

§



# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### ZONA EURO

A primeira estimativa para o crescimento do PIB real em 2018 indica que a economia do euro avançou 1.9%, depois de, em 2017, ter crescido 2.5%. A desaceleração da economia esteve sobretudo relacionada com a diluição do impacto favorável do nível das taxas de juro, preços do petróleo, cotação do euro e política orçamental nas principais economias do euro. Fatores políticos como o Brexit, as negociações entre Itália e a Comissão Europeia sobre política orçamental e fatores internos (como é o caso da nova legislação sobre a emissão de gases poluentes), também contribuíram para a desaceleração do ritmo de expansão da economia na segunda metade do ano.

Para 2019, as perspetivas apontam para que a Zona Euro apresente um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao de 2018. Com efeito, estima-se que a economia avance 1.8%, sendo que os riscos se encontram ligeiramente enviesados em sentido descendente, refletindo receios quanto ao impacto do arrefecimento da economia global na procura externa e a permanência de fatores internos de incerteza— Brexit e Itália.

O Banco Central Europeu manteve o cariz ultra acomodaticio da sua política monetária ao longo de 2018, antecipando-se que assim continuará durante todo o ano de 2019. Ainda assim, num cenário de recuperação do crescimento e de eliminação dos riscos deflacionistas, o BCE enveredou por uma política de redução muito gradual dos estímulos monetários, através da finalização do programa de compras mensais de dívida pública. Contudo, continua com uma política de gestão de expectativas muito cuidada, favorecendo a consolidação do sentimento de que as condições de financiamento continuarão muito favoráveis no médio prazo. A partir de 2019 já não serão efetuadas compras líquidas de títulos de dívida pública, mas o BCE levará a acabo uma política de reinvestimento dos títulos vencidos, mantendo-se assim um importante interveniente no mercado de taxa fixa do euro.





# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### PORTUGAL

A economia portuguesa deverá ter crescido 2.1% em 2018, um arrefecimento de 0.7 pontos percentuais face ao ano transato, mas consideravelmente acima do crescimento médio anual observado nos últimos 20 anos. O crescimento continuou a ser suportado pela maior robustez da procura interna – consumo privado e investimento – bem como pelo bom desempenho das exportações. Contudo, estas últimas registaram algumas perturbações ao longo de 2018, que tenderão a traduzir-se num crescimento mais reduzido comparativamente ao registado nos anos anteriores. Para além da interrupção da atividade produtiva numa importante refinaria no início do ano, com impacto nas exportações de bens energéticos, também a greve dos estivadores no porto de Setúbal no mês de novembro se traduziu numa forte redução nas exportações de automóveis no final do ano. Nos três primeiros trimestres de 2018, a economia cresceu 2.2%, mas o desempenho no último trimestre poderá revelar-se desfavorável, refletindo a redução das exportações de bens nos últimos meses do ano.

Em 2019, antecipa-se que o ritmo de expansão da economia desacelere para 1.8%, menos 0.3 pontos percentuais do que em 2018, sendo que os riscos para este cenário estão ligeiramente enviesados em sentido descendente, dependendo essencialmente da possibilidade de desaceleração mais forte do que o esperado do crescimento na zona euro. Refere-se, contudo, que o ritmo de expansão esperado para 2019 continua a ser superior ao crescimento médio anual das duas últimas décadas. O crescimento do emprego, a par da recuperação dos rendimentos, a retoma gradual do crédito e um ambiente mais propício à concretização de investimento público são fatores que favorecerão a evolução robusta da procura interna. Mas o contributo da procura externa poderá ser desfavorável, na medida em que a existência de fatores de incerteza em vários pontos do mundo tem vindo a refletir-se desfavoravelmente na atividade dos principais parceiros comerciais de Portugal, podendo afetar de forma mais significativa a evolução das exportações. Acresce que os fatores que afetaram o crescimento no último período de 2018 poderão ter um efeito de arrastamento mais forte do que estimado no andamento da atividade no corrente ano. Em 2019, a taxa de inflação deverá manter-se contida. Adicionalmente, o Governo estima que o défice orçamental diminua para 0.2% do PIB, continuando a beneficiar da solidez da procura interna. No que diz respeito às contas externas,

§





# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

espera-se que a Balança Corrente e de Capital mantenha um saldo superavitário, mas inferior ao observado nos últimos anos, refletindo uma deterioração da balança comercial de bens e a estabilização do contributo dado pelo setor turístico.

\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	25%	50%	75%	MSCI Europe Total Return Net Euro
Obrigações	10%	35%	75%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Retorno Absoluto	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Imobiliário	0%	5%	20%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return*
Liquidez	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
<b>Total</b>		<b>100%</b>		

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

\$

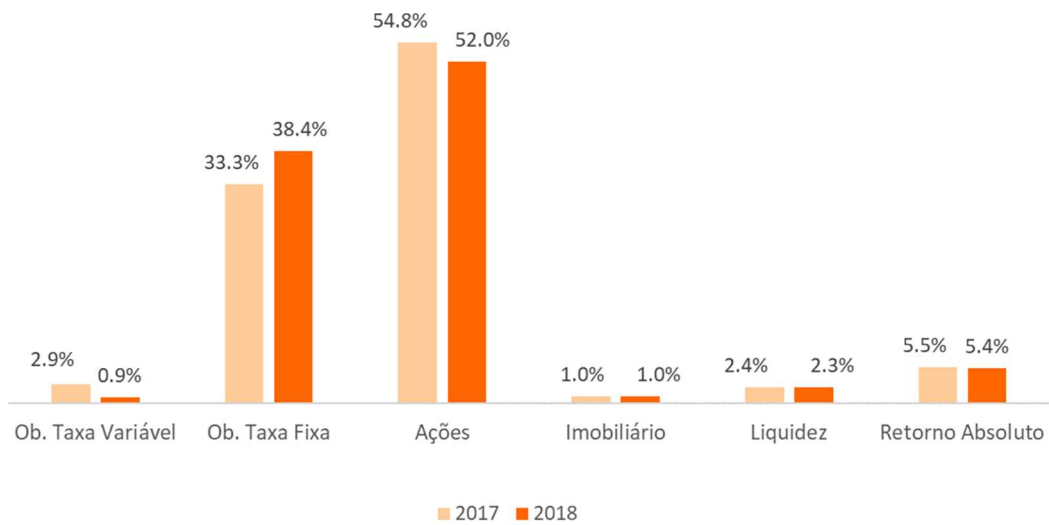


# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2018 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

#### Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre





# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

#### Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Ações com a alocação a 31.12.2018:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2018	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	10.0%	75.0%	39.3%	Cumpre
Ações	25.0%	75.0%	52.0%	Cumpre
Imobiliário	0.0%	20.0%	1.0%	Cumpre
Liquidez	0.0%	20.0%	2.3%	Cumpre
Retorno Absoluto	0.0%	20.0%	5.4%	Cumpre

As aplicações em unidades de participação de fundos de investimento coletivo estão incluídas nas categorias indicadas, consoante o tipo de ativo que caracteriza o fundo em termos maioritários.

\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

#### Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	2.5%	4	3.1%
Nos últimos 3 anos	0.2%	4	0.9%
Nos últimos 12 meses	-8.3%	4	-4.9%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

#### Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que,  $UP_f$  = Valor da unidade de participação no final do período de referência

$UP_i$  = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que,  $n$  = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que,  $r_t$  = rentabilidade efetiva semanal no período  $t$

$T$  = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

$\bar{r}$  = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

#### Baixo Risco

Remuneração potencialmente mais baixa

#### Elevado Risco

Remuneração potencialmente mais elevada

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---





# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

- O ano de 2018 terminou com os mercados acionistas globais a apresentarem quedas significativas em magnitudes que já não se registavam desde 2011. O contexto de aversão ao risco também foi evidente noutras classes de ativos: as taxas de juro da dívida pública de elevada qualidade caíram e os *spreads* da dívida privada alargaram. A incerteza relativamente à redução dos estímulos da política monetária dos principais bancos centrais, a política comercial dos EUA face aos seus principais parceiros económicos, o Brexit e a turbulência política em Itália contribuíram decisivamente para o aumento da volatilidade dos mercados financeiros. Em 2018 o Fundo de Pensões Aberto BPI Ações obteve uma rentabilidade de -8.3%.
- Nas Ações o desempenho foi inferior ao *benchmark* apesar de se manter a exposição à classe idêntica ao índice de referência durante o segundo semestre. A preferência pelas ações da Zona Euro e o desempenho da seleção de fundos de gestão cativa contribuíram para a diferença face ao *benchmark*.
- Nas Obrigações de Taxa Fixa o desempenho negativo é explicado pelo alargamento dos *spreads* na dívida privada, que resultou no pior desempenho para a classe desde 2008. A subponderação da dívida pública dos países *core* penalizou o fundo dado que as *yields* caíram e os *spreads* da dívida dos países periféricos alargaram.
- A exposição a Obrigações de Taxa Variável foi reduzida ao longo do ano tendo-se minimizado o impacto negativo do alargamento dos *spreads* de crédito.
- No imobiliário os fundos em carteira geraram um contributo ligeiramente positivo. Estes fundos continuam em processo de reembolso do capital pelo que a classe deverá permanecer pouco expressiva.
- A seleção de fundos de Retorno Absoluto em carteira manteve-se estável tendo gerado um contributo negativo.

§





# INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

## COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

- Os ativos de mercado monetário continuam a ter pouco peso no fundo de pensões dadas as taxas pouco atrativas que estes instrumentos oferecem.

\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### RISCOS MATERIAIS

- De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, em 31.12.2018, os riscos materiais associados eram:
  - Risco de Mercado – Ações
  - Risco de Mercado – Taxa de Juro
  - Risco de Crédito
  - Risco Imobiliário (Indireto)
  - Risco de Investimentos Alternativos

Comparativamente com o ano anterior, o fundo deixou de estar exposto ao risco de câmbio.

- A gestão dos riscos materiais que afetam o fundo de pensões é efetuada através do recurso a produtos derivados. No quadro seguinte apresentam-se os derivados constantes na carteira do Fundo de Pensões a 31.12.2018:

Código do derivado	Designação do derivado	Risco associado
RXH19	FUT EURO-BUND (10Y) - MAR19	Risco de Mercado – Gestão Agregada dos Riscos
SX5EC3250.	OPCA SX5E 01/18/19 C3250	Risco de Mercado – Gestão Agregada dos Riscos
EEH19	FUT EURO E-MINI FUT MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial
ECH19	FUT EURO FX CURR - MAR19	Risco de Mercado – Cobertura Risco Cambial

\$



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### RISCOS MATERIAIS

#### Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos, em detalhe:

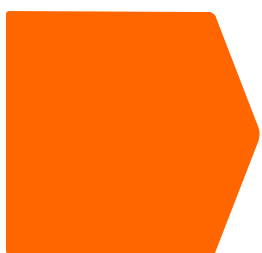
- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2019

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Ferreira

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# Demonstrações Financeiras

**BPI Acções**  
Fundo de Pensões Aberto

31 de dezembro de 2018

# Demonstração da Posição Financeira

Valores em EUR

Notas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2018	31 dez 2017
	<b>Ativo</b>		
	<b>Investimentos</b>		
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	47,568,088	48,419,819
5	Títulos de dívida pública	18,036,505	16,260,466
5	Outros títulos de dívida	9,109,362	10,349,098
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	2,950,416	1,860,601
	Outras aplicações	560	-
	<b>Outros ativos</b>		
	Devedores		
7	Outras entidades	84,450	173,215
7	Acréscimos e diferimentos	258,485	195,981
	<b>Total do Ativo</b>	<b>78,007,866</b>	<b>77,259,180</b>
	<b>Passivo</b>		
	Credores		
8	Entidade gestora	124,970	191,411
8	Outras entidades	1,107,646	10,122
	<b>Total do Passivo</b>	<b>1,232,617</b>	<b>201,533</b>
	<b>Valor do fundo</b>	<b>76,775,250</b>	<b>77,057,647</b>
	<b>Valor da unidade de participação</b>	<b>15.7922</b>	<b>17.2307</b>

# Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2018	31 dez 2017
9	Contribuições	11 646 944	10 294 519
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(4 658 336)	(4 332 923)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	(7 729 757)	4 629 355
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	967 305	1 057 799
13	Outras despesas	(508 553)	(560 917)
	<b>Resultado líquido</b>	<b>(282 398)</b>	<b>11 087 833</b>

# Demonstração de Fluxos de Caixa

Valores em EUR

Notas	Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2018	31 dez 2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Contribuições			
Contribuições dos associados		8,496,359	7,671,603
Transferências		3,150,584	2,622,916
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
Pensões pagas		(14,436)	(4,372)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		-	(34,350)
Capitais vencidos (remiões/vencimentos)		(389,503)	(246,932)
Transferências		(4,254,397)	(4,047,469)
Remunerações			
Remunerações de gestão		(515,785)	(393,730)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(40,665)	(36,423)
Outras despesas		(96)	(97)
	<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>6,432,062</b>	<b>5,531,146</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		32,126,094	47,600,993
Rendimentos dos investimentos		904,802	1,078,105
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(14,241)	(33,084)
Comissão de transação e mediação		(38,373,342)	(53,188,914)
Outros gastos com investimentos		(3,935)	(1)
	<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(5,360,622)</b>	<b>(4,542,901)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>1,071,440</b>	<b>988,245</b>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		18,376	(98,357)
<b>Caixa no início do período de reporte</b>		<b>1,860,601</b>	<b>970,713</b>
<b>Caixa no fim do período de reporte</b>		<b>2,950,417</b>	<b>1,860,601</b>

# Notas às Demonstrações Financeiras

## 1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações ("Fundo") iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas. Relativamente às adesões coletivas, financia 87 planos de pensões de contribuição definida.

O regulamento de gestão data de 31 de dezembro de 2004, sendo a entidade gestora, o BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões"). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

## 2. Alterações ocorridas nos planos de pensões em 2018

Durante o exercício de 2017, ocorreram as seguintes alterações:

- Associada com o número de adesão n.º 65 - passou a realizar contribuições para o Plano de Pensões;
- Associada da adesão n.º 47 - introduziu a possibilidade de serem efetuadas contribuições extraordinárias para financiar o Plano de Pensões, ao abrigo do Programa Flex, implementado na mesma empresa;
- Associada da adesão n.º 45 - introduziu a possibilidade de efetuar contribuições extraordinárias;
- Associada da adesão n.º 21 - foram retomadas as contribuições para o fundo de pensões.

Durante o exercício de 2018, ocorreram as seguintes alterações:

- Plano de pensões *Spinner* – Cessação das contribuições;
- Plano de pensões *Shire Pharmaceuticals* – O Associado alterou a taxa de contribuição e permitiu a transferência do montante correspondente ao valor existente em nome do Participante no Seguro da Companhia de Seguros Generali, relativo às contribuições efectuadas pela Baxalta até à data da compra desta empresa pela Associada;
- Plano de pensões *Aveleda* - Introduziu um novo Associado;
- Plano de pensões *B* – Alteração da idade da reforma no associado ING Bank NV Sucursal em Portugal;
- Plano de pensões *BNP Paribas CD* – O Associado alterou a taxa de contribuição;
- Plano de pensões *Everis Mais* – Novo Associado
- Plano de pensões *Hiscox* - Novo Associado

## 3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2017 e 2018 não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

## 4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o



estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### 4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### 4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA – *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Entidade Gestora.

- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

#### 4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

#### 4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de adesão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

#### 4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

#### 4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” na demonstração de resultados.

#### 4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

#### 5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira do Fundo é composta por instrumentos de capital, unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 74,713,955 euros, o que representa uma diminuição de 0.4% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2017.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 258,485 euros referentes às Obrigações detidas pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valia Contabilística	Mais/Menos Valias Cambias	Juro corrido	31 dez 2018
<b><u>Instrumentos de capital e unidades de participação</u></b>					
IETF-IS. CORE MSCI EUROPE UCITS (AMS)	4,721,220	(251,453)	-	-	4,469,768
AMUNDI FDS-EUR.EQUITY VAL-A	3,097,043	(439,312)	-	-	2,657,731
BPI IBERIA LUX (I)	2,912,531	(331,579)	-	-	2,580,952
ISHARES DJ EST BANKS DE	3,369,890	(1,000,724)	-	-	2,369,167
INVECO-EURO EQ.FD-C-CAP-EUR	2,727,197	(362,444)	-	-	2,364,753
ALLIANZ RCM EURL EQTY GRW-WT	2,718,917	(407,388)	-	-	2,311,529
BPI EURO LARGE CAPS(I) EUR	2,703,851	(418,951)	-	-	2,284,900
JPM EUOLD DYN C PERF ACCEUR	2,696,464	(431,608)	-	-	2,264,856
BPI EUROPA LUX	2,474,496	(400,810)	-	-	2,073,686
BPI HIGH INCOME LUX (I)	2,119,329	(192,272)	-	-	1,927,056
JUPITER GLOBAL FD-EURO GRO I	1,877,256	(73,036)	-	-	1,804,219
BPI UNIVERSAL LUX (I)	1,954,209	(153,565)	-	-	1,800,644
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	1,706,695	(10,352)	-	-	1,696,343
IVI UMBRELLA FUND-EUROPEAN	1,884,639	(223,743)	-	-	1,660,896
RAM LUX SYS- EUROPEAN WQTY-S-P	1,870,122	(271,601)	-	-	1,598,521
OYSTER EUROPEAN SELECT-IEUR	1,856,955	(397,352)	-	-	1,459,603
IETF-IS.CORE MSCI EMU (MIL)	1,209,096	(157,025)	-	-	1,052,070
BRANDES EURPN VALUE-I-EUR	937,836	(100,013)	-	-	837,824
ELEVA UCITS FD-EUROPEAN SEL.FD-I-EUR	929,384	(110,212)	-	-	819,172
IETF-ISHARES EURO CORP BND 1-5YR-(MIL)	757,801	(5,327)	-	-	752,474
BPI OPPORTUNITIES LUX (I)	818,512	(76,091)	-	-	742,422
IMO FOMENTO - FII	718,677	11,542	-	-	730,219
MAN FUNDS PLC - MAN GLG JAPAN	748,986	(52,787)	-	-	696,198
COMGEST GROWTH PLC-JAPAN-I EUR	745,831	(57,663)	-	-	688,168
ALLIANZ-DISC GERMANY STRAT-I	621,289	(23,060)	-	-	598,228
EXANE 2 CRYSTAL FUND - A	588,039	(15,287)	-	-	572,751
HERMES IF-GLOB.EM.MKT.FD-F-USD	580,569	(101,715)	39,752	-	518,606

**Valores em EUR**

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valia Contabilística	Mais/Menos Valias Cambias	Juro corrido	31 dez 2018
<b>Instrumentos de capital e unidades de participação</b>					
GOLDMAN SACHS - SICAV I-GS E (OPEN FUND)	541,566	(54,332)	8,656	-	495,890
MARSHALL WACE UCITS-MW TOPS G EUR	483,644	(17,618)	-	-	466,026
OLD MUT GIS RET FD	444,360	(16,932)	-	-	427,428
BPI AFRICA LUX (I) EUR	459,103	(37,615)	-	-	421,488
REN-REDES ENERG.NAC.SGPS	409,635	(7,436)	-	-	402,199
BNY MELLON ABS RET EQTY-TH	387,546	(20,354)	-	-	367,191
FERROVIAL .SA	340,272	(22,115)	-	-	318,156
SONAE SGPS (NOM)	422,623	(118,605)	-	-	304,018
M&G-LUX-INV F 1 - GL.EMERGING MKTS-C	292,923	(52,893)	20,057	-	260,087
BANCO SANTANDER (MADRID)	277,703	(76,332)	-	-	201,372
IBERDROLA (MADRID)	167,643	14,481	-	-	182,124
BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA	273,065	(95,085)	-	-	177,980
ETF-DB X-TRACKERS MSCI JAPAN TRN (FRA).	120,772	(13,322)	-	-	107,450
ETF-SPDR 0-3 EURO CORPORATE (LSE)	62,125	(264)	-	-	61,861
KANAM GRUNDINVEST FONDS	32,138	(6,758)	-	-	25,380
SEB IMMOINVEST	26,282	(9,600)	-	-	16,682
<b>Total Instrumentos de Capital e Unidades de participação</b>	<b>54,088,234</b>	<b>(6,588,611)</b>	<b>68,465</b>	<b>-</b>	<b>47,568,088</b>
<b>Títulos de dívida pública</b>					
BUONI POLIENNALI-5.75%-01.02.2033	2,510,047	(110,378)	-	44,275	2,399,669
US TREASURY-2.750%15.02.2028	1,710,674	30,011	126,844	19,342	1,867,528
BUONI POLIENNALI DEL TES-4.5%-01.03.2024	1,695,075	(10,680)	-	22,377	1,684,395
DEUTSCHLAND I/L BOND-0.1%-15.04.2023	1,680,242	(3,892)	-	1,107	1,676,350
BUONI POLIENNALI DEL TES-2.2%-01.06.2027	1,391,010	(61,921)	-	2,465	1,329,089
BUNDESREPUBLIK DEUT-0.5%-15.02.2028	1,220,317	33,025	-	5,899	1,253,343
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.15-31.10.2025	1,162,152	765	-	3,855	1,162,917
BUONI POLIENNALI-1/2-2.35%-15.09.2024	1,225,796	(70,017)	-	7,213	1,155,779
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.35%30.07.2033	992,992	(7,308)	-	9,320	985,684
BONOS Y OBLIG DEL EST.-4.2%(31.01.2037)	810,227	22,469	-	24,366	832,696
OT-5.65%-15.02.2024	785,584	(7,763)	-	30,665	777,821
BONOS Y OBLIG DES ESTADO-4%-30.04.2020	766,356	(4,452)	-	19,332	761,904
SPAIN I/L BOND-1.8%-30.11.2024	750,613	(1,811)	-	993	748,802
FRANCE(GOVT OF)-2.5%-25.05.2030	597,473	(3,430)	-	7,623	594,043
REGIAO AUTONOMA A CORES 1.85%- 21-08-2025	448,744	3,938	-	2,968	452,681
OTRV DEZEMBRO 2022	355,490	(1,686)	-	273	353,804
<b>Total Títulos de dívida pública</b>	<b>18,102,791</b>	<b>(193,130)</b>	<b>126,844</b>	<b>202,072</b>	<b>18,036,505</b>
<b>Outros títulos de dívida</b>					
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-10.75%-PERP	1,587,981	(62,835)	-	-	1,525,146
GALP ENERGIA SGPS SA-1%-15.02.2023	1,488,570	(51,585)	-	13,110	1,436,985
SONAE INVESTMENTS BV-1.625%-11.06.2019	1,424,500	(31,500)	-	1,247	1,393,000
BCP-4.5%-07.12.2027	1,493,340	(114,405)	-	4,438	1,378,935
EDP FINANCE BV-1.5%-22.11.2027	893,025	(48,888)	-	1,442	844,137
CRITERIA CAIXA HOLDING-1.625%-21.04.2022	812,552	(9,264)	-	9,047	803,288
GALP ENERGIA SGPS SA-3%-14.01.2021	749,602	(28,231)	-	20,195	721,371
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL-0.875%-17.10.22	401,976	528	-	719	402,504
BANCO SANTANDER SA-1.375%-09.02.2022	302,970	636	-	3,673	303,606
SONAE CAPITAL - 2016/2021	300,000	390	-	2,542	300,390
<b>Total Outros Títulos de dívida</b>	<b>9,454,516</b>	<b>(345,154)</b>	<b>-</b>	<b>56,413</b>	<b>9,109,362</b>

Face a 2017, não se verificam alterações relevantes na composição da carteira de investimentos.

**Riscos associados à carteira de investimentos**
**Exposição e Origem do Risco**

- **Risco de mercado:** é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- **Risco de taxa de juro:** risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa

- **Risco de crédito:** corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- **Risco cambial:** resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- **Risco de liquidez:** consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Entidade Gestora.

#### Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* (“VaR”) para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Ações dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição *ex-ante* das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um *benchmark*, passou assim a ser aferida em cada momento através do software “PORT”. Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

## Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Ações é o *Value-at-Risk*. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias. Em 31 de dezembro de 2018, o *Value-at-Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês.

Var/ Carteira	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
3.74%	2,327	3.52%	0.21%	0.00%

## 6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

### Valores em EUR

Descrição	31 dez 2018	31 dez 2017
Depósitos à ordem	2,950,416	1,860,601
<b>Total</b>	<b>2,950,416</b>	<b>1,860,601</b>

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira são relativos na sua maioria a depósitos em dólares americanos, libras e francos suíços.

## 7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica respeita a valores a regularizar de derivados e Operações a Liquidar (OPL) que foram regularizadas no exercício de 2019.

### Valores em EUR

Outros ativos	31 dez 2018	31 dez 2017
Derivados	84,291	126,834
Outros	159	166
OPL		46,216
Outras entidades	84,450	173,215
<b>Devedores</b>	<b>84,450</b>	<b>173,215</b>
Juros a receber	258,485	195,981
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>258,485</b>	<b>195,981</b>
<b>Total</b>	<b>342,935</b>	<b>369,196</b>

## 8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica respeita a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira e ainda Operações a Liquidar (OPL) que foram regularizadas no exercício de 2019.

**Valores em EUR**

<b>Passivo</b>	<b>31 dez 2018</b>	<b>31 dez 2017</b>
Entidade gestora	124,970	191,411
Comissões	9,996	10,042
OPL	1,097,650	-
Outras entidades	1,107,646	10,122
<b>Credores</b>	<b>1,232,617</b>	<b>201,533</b>

**9. Contribuições**

Durante o exercício de 2018 as contribuições efetuadas foram inferiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

**Valores em EUR**

<b>Contribuições 2018</b>		<b>Diferença (2) - (1)</b>
<b>Estimado (1)</b>	<b>Efetivo (2)</b>	
8,815,331	8,496,359	(318,973)

As variações ocorridas nas contribuições efectuadas pelos associados durante o exercício de 2018, ocorreram em função das variações da população.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os participantes efetuaram as seguintes contribuições:

**Valores em EUR**

<b>Contribuições 2018</b>			<b>Contribuições 2017</b>
<b>Participantes</b>	<b>Transferências</b>	<b>Total</b>	
8,496,359	3,150,584	11,646,944	10,294,519

Não ocorreram diferenças significativas no período de 2018 face a 2017.

**10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos**

Durante os exercícios de 2018 e 2017, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

**Valores em EUR**

<b>Pensões</b>	<b>31 dez 2018</b>	<b>31 dez 2017</b>
Prémios Únicos	-	34,350
Reembolso Capital IRS	14,436	4,172
Remissões	389,503	246,932
Transferências	4,254,397	4,047,469
<b>Total Outros</b>	<b>4,658,336</b>	<b>4,332,923</b>

Não foram verificadas variações significativas nos valores pagos nos benefícios em 2018 face a 2017.

**11. Ganhos Líquidos dos Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR	2018						2017
	Ganhos Líquidos	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	
Mais Valias		341,611	218,292	121,082	270,535	3,192,005	8,472,059
Menos Valias		(6,841,151)	(397,069)	(528,235)	(271,514)	(3,835,314)	(3,842,704)
<b>Total</b>		<b>(6,499,540)</b>	<b>(178,777)</b>	<b>(407,153)</b>	<b>(979)</b>	<b>(643,309)</b>	<b>4,629,355</b>

Face ao exercício de 2017, verificou-se uma perda substancial na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos. Esta desvalorização acentuou-se no final do exercício de 2018 e foi transversal à gestão de todos os fundos de investimento.

## 12. Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR		
Investimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Instrumentos de Capital	221 862	454 759
Títulos de dívida pública	45 929	17 496
Outros títulos de dívida	699 514	572 723
Numerário	-	12 821
<b>Total</b>	<b>967 305</b>	<b>1 057 799</b>

Não foram verificadas variações significativas nos rendimentos líquidos da carteira 2018 face a 2017.

## 13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo é responsabilidade do Fundo efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2018 e 2017 é apresentado abaixo:

Valores em EUR		
Outras Despesas	31 dez 2018	31 dez 2017
Comissão de Depósito	40,693	37,949
Comissões de Corretagem	11,900	26,260
Comissões de Gestão Financeira	422,483	388,468
<b>Comissões</b>	<b>475,076</b>	<b>452,677</b>
Imposto selo s/ comissões	17,189	18,692
Taxa para I.S.P.	1,928	2,277
Outras Despesas	14,360	87,271
<b>Outros</b>	<b>33,477</b>	<b>108,240</b>
<b>Total</b>	<b>508,553</b>	<b>560,917</b>

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:



Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções (“Fundo”), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 78.007.866 euros e um valor do Fundo de 76.775.250 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 282.398 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Acções em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

#### 1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos do Fundo

##### Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 74.713.955 euros, correspondente a cerca de 96% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.





### A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre (i) estes ativos, (ii) os registos contabilísticos e (iii) a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2018;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF.
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

### **Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeira**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora; (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 28 de fevereiro de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
  - i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio, da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") e na Norma Regulamentar n.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, da ASF (conforme alterada pela Norma Regulamentar n.º 20/2010-R, de 16 de dezembro, da ASF).

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

  
BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André